PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

LEI Nº023/93, DE 18 de Junho de 1.993

"Estabelece o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais e dá ou-' tras providências administrativas"

Eu, LUIS RUBENS TEIXEIRA, Prefeito' do Município de Planalto, Comarca ' de Buritama, Estado de São Paulo, ' U S A N D O das prerrogativas que ' me são outorgadas pela Lei Orgânica do Município de Planalto e pelo artigo 39 da Constituição Federal, ' etc....

F A Ç O S A B E R que a Câmara Municipal de Planalto' APROVA e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta lei institui o sistema de classificação de empregos e funções da administração pública municipal relativo ao Quadro de Pessoal e reorganiza a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Planalto.

Artigo 2º - O sistema de que trata' a presente lei, tem por objetivo considerar adequadamen-' te a eficiência de recursos humanos, respondendo às necessidades de planejamento, coordenação, execução e controle das atividades de administração de pessoal em função da ' ação governamental do Poder Executivo.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

TÍTULO I

DO QUADRO DE PESSOAL, CLASSIFICAÇÃO

Continuação.....

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

DE EMPREGOS E FUNÇÕES E DO REGIME ' JURÍDICO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

Artigo 3º - Nos termos do artigo ' 39 da Constituição da República Federativa do Brasil, fica' mantido e instituído o regime jurídico único como sendo o previsto na C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho, e ' que doravante passa à regrar todas as categorias de empre-' gos e funções da Prefeitura Municipal de Planalto, nela re-enquadrados, estendendo-se, a estes, todos os direitos, de-veres e vantagens adquiridos anteriormente, bem como todas' as vantagens introduzidas por esta lei.

Parágrafo Único - Na concessão das vantagens e benefícios estabelecidos por esta lei, contar-' se-ão a favor do Servidor Municipal, todo o tempo de servi-ço prestado ao Município, Estado e União, sob quaisquer mo-dalidades contratuais, entretanto, os direitos pecuniários' ou vantagens de qualquer natureza instituída por esta lei,' serão devidos a partir da vigência desta lei, sem gerar di-reito a percepção de vencimentos ou vantagens atrasadas.

Artigo 4º - Fica mantido o atual ' Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal, criado por Leis' anteriores à vigência da presente lei, garantindo-se o prin cípio do direito adquirido.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Parágrafo Único - Os demais empre-gos criados por essa lei, de natureza permanente, serão pre enchidos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, com condições inseridas nos respectivos Editais, '

Continua.....

excetuando-se da presente norma, a nomeação para empregos de provimento em comissão e funções de confiança, de livre no-' meação e exoneração do Chefe do Poder Executivo.

Artigo 5º - O Pessoal contratado ' por prestação de serviços sem vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 06 (seis) meses, deverão prestar concurso público de provas ou de provas e títu-' los, para o preenchimento de suas funções na forma prevista' na Constituição Federal.

Parágrafo Único - O prestador de ' serviços que não observar a regra imposta pelo presente artigo, terá automaticamente o seu contrato rescindido, fazendo' jus ao pagamento que estiver mencionado em seu contrato.

Artigo 6º - Para fins previstos no' artigo 3º., da presente lei, considera-se:

I - Emprego Público: a pessoa admitida no serviço público municipal e regida pelas normas da ' C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho;

II - Emprego Público: posição instituída na organização dos Servidores Municipais, criados por' lei, em número certo, com denominação própria e atribuições' específicas cometidas a emprego público ao qual corresponde' uma referência;

III - Quadro de Pessoal: o conjunto ' de empregos e funções que integram a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal;

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

IV - Referências: o número indicativo da posição do emprego e função na escala de vencimentos e' salários;

V - Salário: É a retribuição pecuniária básica, fixada em lei, e paga mensalmente ao Servidor' Municipal;

VI - Remuneração: É o vencimento ' acrescido das vantagens pecuniárias que o Servidor Municipal' tenha direito;

VII - Carreira: É o conjunto de classe da mesma natureza de trabalho hierárquicamente escalonadas segundo nível de complexidade das atribuições e grau de res-' ponsabilidades;

VIII - Classe: É o conjunto de empregos da mesma denominação;

IX - Grau: É a progressão dentro da referência;

X - Padrão: É o conjunto de referência e grau.

CAPÍTULO I

DO QUADRO DE PESSOAL

Artigo 7º - Os empregos públicos ' municipais, quanto a forma de provimento, classificam-se em:

I - Empregos de Provimento Permanentes, a serem preenchidos pelo regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T;

II - Empregos de Provimento em Comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Exe-

Continua.....

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

cutivo Municipal, a serem preenchidos pelo regime jurídico ' da Consolidação das Leis do Trabalho - C.L.T.

Artigo 8º - Os empregos públicos ' de provimento efetivo e permanentes, passam a ser instituí-' dos e criados em conformidade com o anexo I, parte integrante desta lei, denominando-se a nomeclatura dos empregos, ' quantidade, referência salárial e demais requisitos.

Parágrafo Único - Os empregos pú-' blicos de provimento em comissão e funções de confiança, de' livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo, passam a ser instituídos e criados em conformidade com o anexo' II, parte integrante desta lei, denominando-se a nomeclatura dos empregos e funções, quantidade, referência salárial e demais requisitos.

Artigo 9º - Os empregos de provi-' mento permanentes criados por esta Lei, serão preenchidos mediante Concurso Público de provas ou de provas e títulos, ' salvo, os empregos permanentes criados por Leis anteriores e preenchidos antes da vigência da presente lei.

Artigo 10 - O preenchimento dos empregos públicos, dar-se-ão ainda:

I - mediante concurso público de ' provas ou de provas e títulos;

II - mediante transposição, quando ' se tratar de empregos e funções isoladas;

III - mediante acesso, quando se tratar de empregos e funções que formem carreira;

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

IV - por livre nomeação e exonera-
ção do Chefe do Poder Executivo, quando se tratar de empre-'
gos de provimento em comissão e funções de confiança.

Artigo 11 - Carreira é o conjunto'
de empregos da mesma natureza de trabalho, dispondo hierar-'
quicamente, de acordo com a responsabilidade e dificuldades'
que se apresenta.

Artigo 12 - A transposição ou aces
so dar-se-à através de processo seletivo interno, sempre que
houver Servidor Municipal habilitado a disputá-lo, dando-se'
preferência aos integrantes de cada carreira, de acordo com'
os critérios técnicos estabelecidos pelo Chefe do Poder Exe-
cutivo Municipal.

Artigo 13 - Verifica-se vaga quan-
do:

I - do acesso ou transposição do '
Servidor Municipal;

II - do falecimento do Servidor Mu-
nicipal;

III - da demissão, exoneração, dis-'
pensa por e sem justa causa, por acordo ou término da rela-'
ção empregatícia por término de contrato temporário;

IV - por aposentadoria de qualquer
espécie;

V - da criação de empregos e fun-
ções com o aumento do Quadro de Servidores Municipais.

Artigo 14 - O preenchimento dos '
empregos que venham se vagar, dar-se-à sempre através de Con

Continua

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

curso Público de provas ou de provas e títulos, desde que não haja Servidores aptos à disputá-los, dando-se assim, ' preferência aos Servidores integrantes de cada carreira ' de emprego, com critérios a serem estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo 1º - Não havendo Servidores Municipais de carreira para o provimento do emprego vago, far-se-à Concurso Público de provas ou de provas e títulos;

Parágrafo 2º - Ocorrendo o provimento do emprego vago por Servidor Municipal de carreira, far-se-à Concurso Público de provas ou de provas e títu-' los para o provimento do emprego vago do promovido, se ' não houver outro Servidor nas mesmas condições de acesso' ou transposição.

Parágrafo 3º - Para o provimento de qualquer emprego ou função, se observará, as normas ' contidas na Lei Orgânica do Município de Planalto e Constituição da República Federativa do Brasil.

Artigo 15 - Será considerado incurso em infração grave, todo o Servidor Municipal de qualquer natureza ou função, que sem qualquer justificativa ' faltar ao serviço por mais de 30 (trinta) dias consecuti-' vos (abandono de emprego).

Artigo 16 - Ocorrendo por parte' do Servidor Municipal qualquer justa causa para à rescisão do Contrato de Trabalho (artigo 482 da C.L.T), deverá a ' unidade de lotação do Servidor, comunicar por escrito ao '

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Departamento responsável pelo pessoal da Prefeitura Municipal.

Parágrafo 1º - O Servidor Municipal que incorrer em abandono de emprego ou função, será afastado do exercício por sua chefia à partir do dia em que atingir o limite de faltas permitidas na C.L.T -;

Parágrafo 2º - O Servidor Municipal afastado de suas funções nos termos deste artigo, não terá direito a percepção de seus salários, desde o momento em que se concretizou a infração, até o final julgamento perante a Justiça do Trabalho;

Parágrafo 3º - O Servidor Municipal que incorrer em falta grave, será citado pessoalmente para que apresente suas justificativas e defesa prévia, podendo a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, e desde que ocorra irregularidade sanável, propor desde logo o arquivamento do caso, com o registro do ocorrido no prontuário do envolvido.

CAPÍTULO III

DO ENQUADRAMENTO

Artigo 17 - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder a adequação dos Servidores Municipais em seus empregos e funções, segundo as atividades que exercem, sem que haja prejuízo de vencimentos ou vantagens do Servidor Municipal, na forma do anexo IV, parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único - compete ao ór-

Continua .....

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

gão responsável pelo Setor de Administração de Pessoal, ' elaborar os atos de enquadramento, reenquadramento, apostilamento e de lotação dos atuais Servidores Municipais ' abrangidos por esta lei.

Artigo 18 - Aos Servidores Municipais abrangidos pelas disposições desta lei, ficam assegurados, observados os dispositivos constitucionais vigentes, os direitos e vantagens advindos de leis anteriores,' concedidos e apostilados até a data inicial de vigência da presente lei.

Artigo 19 - O enquadramento dos Servidores Municipais a que se refere a presente lei, obedecerá as seguintes regras:

I - que as atribuições edificadas e estabelecidas para o emprego ou função coincidam com as atividades desempenhadas pelo Servidor Municipal;

II - que as aptidões e a capacidade do Servidor Municipal, satisfaçam as exigências estabelecidas para a função.

Artigo 20 - No processo de en-' quadramento, observar-se-à o princípio do direito adquirido, ficando assegurado o princípio da irredutibilidade de' vencimentos.

Parágrafo Único - Serão dispensadas, por ocasião do enquadramento, as exigências previstas nas especificações de classes, exceto no caso de exi-' gência de diploma universitário ou profissões regulamentadas.

LUIS HOBENS TEIXEIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

Continuação..... Fls. 010. -

Artigo 21 - No ato de enquadra-' mento, independente do processo de avaliação, o Servidor Municipal será conduzido automaticamente as referências desta lei.

§ 1º - É defeso por qualquer forma, sob pena de responsabilidade, proceder a promoção fun-' cional do Servidor, a pretexto de novo enquadramento.

§ 2º - Os atos coletivos de en-' quadramento constarão na forma do anexo IV, parte integrante desta lei, especificando emprego a emprego e condições ' para o processamento, tratado neste capítulo.

Artigo 22 - O Chefe do Poder Executivo Municipal, nomeará no âmbito dos órgãos de assessoramento da administração pública, uma comissão especial para' orientação do enquadramento, informação de recursos e exame de questões relacionadas com a interpretação e aplicação ' desta Lei.

LEIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Artigo 23 - A Comissão será composta por Servidores da Prefeitura Municipal, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, em número não superior' de três elementos.

Parágrafo Único - Os expedientes reenquadratórios para exame da Comissão, serão encaminhados no âmbito do Gabinete do Chefe do Executivo, observadas as' regras do anexo IV, parte integrante desta lei.

CAPÍTULO IV
DA ESCALA DE VENCIMENTOS

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

Artigo 24 - Fica instituída no ' anexo III, parte integrante desta lei, a escala de salários - constituída por referência numérica, iniciando-se na referência nº. 01 no valor de CR$ 3.800.000,00 (Três milhões e oitocentos mil cruzeiros), até a referência nº. 40, havendo da referência nº. 01 em diante, um acréscimo de 5% (cinco ' por cento), de uma referência sobre a outra, até atingir a referência final nº. 40, que são representadas por algarismos arábicos, onde o número inciará na ordem crescente, que regulará a amplitude salárial do respectivo emprego.

Parágrafo Único - para cada emprego ou função haverá uma amplitude de 10 (dez) referências.

Artigo 25 - Os anexos I e II, partes integrantes da presente lei, definirão todos os empre-' gos permanentes existentes e todos os empregos de provimento em comissão e funções de confiança, com referência ini-' cial e final, de cada emprego ou função.

Artigo 26 - O Servidor Municipal' de qualquer natureza ou função, ao ser nomeado ou admitido, será sempre enquadrado na referência inicial de seu emprego ou função constantes do anexo I e II, partes integrantes ' desta lei.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Artigo 27 - Nenhum Servidor Municipal de qualquer natureza ou função, poderá receber no ' exercício de seu trabalho, salário inferior ao mínimo estabelecido pelo Governo Federal.

Artigo 28 - O Servidor Municipal'

Continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

que venha sofrer qualquer penalidade ou contar mais de 15' (quinze) dias de faltas injustificadas no serviço, no pe-' ríodo de dois anos anteriores da data da vigência de cada' promoção de referência, não concorrerá para elevação de ' grau de referência.

Parágrafo Único - Neste caso, a ' data para nova aquisição deste período remuneratório terá' como marco o dia em que o fato previsto no "caput" deste ' artigo ocorrer.

CAPÍTULO V

SUBSEÇÃO I

DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

Artigo 29 - O Servidor Municipal convocado para trabalhar fora do horário de seu expediente terá direito a gratificação por serviços extraordinários.

Artigo 30 - A gratificação pela' prestação de serviços extraordinários será determinada pela autoridade competente, ouvindo o Chefe do Poder Executivo.

Artigo 31 - A duração normal do' trabalho dos Servidores Municipais de qualquer natureza ou função poderá ser acrescida de horas extraordinárias, em ' número não excedente de duas, mediante acordo individual ' entre empregador ou empregado, ou mediante convenção coletiva de trabalho.

§ 1º - Do acordo individual ou ' convenção coletiva de trabalho deverá constar, obrigatoria

Continua.....

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

mente, a importância da remuneração da hora extraordinária.

§ 2º - A remuneração do serviço extraordinário será superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal (Constituição Federal - artigo 7º, XVI).

Artigo 32 - Verificado a necessidade mensal do Servidor realizar horas extraordinárias, o acôrdo individual será feito pelo prazo de 12 (doze) meses, dispensado o pagamento da hora suplementar quando não houver a necessidade da realização.

Artigo 33 - O Chefe do Poder Executivo convocará através de Portaria, os Servidores em regime de realização de hora extraordinária, facultando-se ao Município o ato jurídico da dispensa.

SUBSEÇÃO II

SERVIDORES DA UNIÃO, ESTADOS E MUNICÍPIOS AFASTADOS JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL

Artigo 34 - Aos Servidores da União, Estados ou Municípios, afastados junto à Prefeitura Municipal de Planalto, prestando serviços em qualquer modalidade de emprego ou função, com prejuízos dos salários e demais vantagens do cargo ou função, será pago uma gratificação especial mensal, da ordem da referência nº. 20 até a referência nº. 30, do anexo III, parte integrante desta lei.

SUBSEÇÃO III

CAPÍTULO VI

DO ADICIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

Artigo 35 - Será concedido o pagamento dos seguintes adicionais:

I - noturno;

II - de insalubridade;

III - de periculosidade;

IV - de penosidade;

V - de férias;

VI - por tempo de serviço.

SUBSEÇÃO I

DO ADICIONAL NOTURNO

Artigo 36 - Ao Servidor que prestar serviços exclusivamente no período noturno, compreendido entre 19:00 (dezenove) horas até 5:00 (horas) do dia seguinte, será devido o adicional noturno que será pago com base na C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

SUBSEÇÃO II

DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Artigo 37 - Ao Servidor que no desempenho de seu emprego ou função, desenvolver atividades consideradas perigosas, será concedido o adicional de periculosidade e será pago com base na C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho.

SUBSEÇÃO III

DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Artigo 38 - Ao Servidor que no de-

sempenho de sem emprego ou função, desenvolver atividades ' consideradas perigosas, será concedido um adicional de periculosidade e será pago com base na C.L.T - Consolidação das' Leis do Trabalho.

SUBSEÇÃO IV

Artigo 39 - Ao Servidor que prestar serviços em atividades consideradas penosas, será concedido adicional de penosidade e será pago com base na C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho.

SUBSEÇÃO V

DO ADICIONAL DE FÉRIAS E DAS FÉRIAS

Artigo 40 - Ao Servidor em gozo ' de férias regulamentares anuais, será concedido um adicional' no valor de 1/3 (um terço) de sua remuneração completa men- ' sal.

Artigo 41 - Vencido o período de ' férias do Servidor e verificado a impossibilidade de sua concessão pela absoluta necessidade no emprego ou função, com a anuência expressa do Servidor, será concedido o pagamento de' férias em pecúnia na ordem de 100% (cem por cento) de seus ' vencimentos e remuneração completa mensal, assegurando-se ainda o pagamento do direito previsto no artigo 40 da presente ' lei.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

SUBSEÇÃO VI

DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 42 - O tempo de serviço do'

Continua.....

Servidor é computado para a concessão de aumento de referências, sendo regulado pelo anexo IV, parte integrante desta' lei, observadas as demais normas da presente lei.

CAPÍTULO VII
DA JORNADA DE TRABALHO

Artigo 43 - A jornada de trabalho dos Servidores Municipais é a prevista na C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição da República Federativa do Brasil.

Artigo 44 - O horário de trabalho será fixado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Os contratos regidos pela' C.L.T - Consolidação das Leis do Trabalho, anteriores a esta lei, que disponham de carga horária de trabalho diferente a a do presente artigo, permanecerão inalterados, em respeito' ao princípio do direito adquirido.

§ 2º - O horário de trabalho poderá ser diferenciado em razão da complexidade e peculiaridade dos serviços.

Artigo 45 - As horas de trabalho que excederem ao horário normal de trabalho, serão consideradas como de prestação de serviços extraordinários e serão pagas conforme dispõem os artigos 29 a 33, da presente lei.

CAPÍTULO VIII
DAS SUBSTITUIÇÕES

Artigo 46 - Somente ocorrerá su-

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

bstituição remunerada caracterizada pelas funções de Che-' fia remunerada de Serviços, Setores ou Departamentos, nas' ausências de seus titulares superiores a 15 (quinze) dias' consecutivos.

Artigo 47 - O substituto, enquanto perdurar a substituição, perceberá o salário do que estiver substituindo.

Artigo 48 - Para todas outras ' funções, ocorrerá a substituição em caso de férias, doença ou licença, recebendo o substituto os valores pagos ao substituído, salvo se o salário do último for menor.

CAPÍTULO IX

DO PROVIMENTO, LOTAÇÃO, RELOTAÇÃO E DO ENQUADRAMENTO

Artigo 49 - O provimento dos em-' pregos de provimento em comissão e funções de confiança, ' previstos no anexo II, parte integrante desta lei, far-se-' ão por livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal.

EVIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Parágrafo Único - O provimento ' dos empregos permanentes, previstos no anexo I, parte integrante desta lei, far-se-ão através de Concurso Público de' provas ou de provas e títulos, exceto os empregos e funções públicas criadas por leis anteriores e legalmente preenchidos antes da vigência da presente lei.

Artigo 50 - No caso de existência de empregos de provimento permanente e em comissão, criados por leis anteriores à vigência desta Lei e que encontram-se

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

legalmente preenchidos e que não foram mencionados nos anexos I e II, partes integrantes desta lei, ficam referidas' funções, automaticamente criadas com seus respectivos salários e funções e incorporadas nos anexos mencionados.

Artigo 51 - O provimento dos empregos de provimento permanentes, dar-se-ão ainda:

I - por nomeação, desde que precedida de realização de Concurso Público de provas ou de ' provas e títulos;

II - por promoção, tratando-se de classe intermediária ou final de série de classes;

III - por acesso, tratando-se de ' classe isolada ou de inicial de série possíveis.

Parágrafo Único - Em qualquer caso, será tido como nulo, o provimento em desacordo com esta Lei, cabendo a restituição aos cofres da Municipalidade das importâncias recebidas indevidamente, pelo Servidor Público Municipal implicado.

Artigo 52 - Entende-se por lotação, o número de empregos municipais de cada carreira de empregos isolados que devam ter exercício em cada órgão, ou ' serviço, setor e departamento.

Artigo 53 - Entende-se por relotação, a transferência de emprego de carreira de um órgão para o outro, obedecidas as normas legais.

Artigo 54 - Nenhuma lotação ou re

Continua .....

LEIS REUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

lotação, decorridos 90 (noventa) dias da vigência desta lei, ou qualquer atitude de movimentação de pessoal se fará, sem' que se baixe ato regulamentar à respeito, ficando como res-' ponsável pelas consequências, o Servidor Municipal que ino-' bservar este artigo.

Artigo 55 - N a aplicação da presente lei, os Servidores Municipais serão providos por enquadramento, obedecendo-se:

I - estrita observância do direito adquirido;

II - as aptidões e a capacidade do' Servidor Municipal sejam compatíveis com as exigências do ' emprego ou função.

Artigo 56 - Deverá ser exigido por ocasião do enquadramento, diploma de curso universitário para os casos que a lei exigir.

Parágrafo Único - O Servidor Municipal que se julgar prejudicado em seu enquadramento, poderá através de petição fundamentada, solicitar ao Chefe do Poder Executivo, reconsideração ao ato que se enquadrou.

Artigo 57 - Todo enquadramento, ' promoção, lotação, relotação ou qualquer outro ato que vise' transferir vantagens aos Servidores Municipais, deverá ser ' formulado através de Portaria do Prefeito Municipal, obede-' cendo-se o direito adquirido.

CAPÍTULO X
DA ASCENSÃO FUNCIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

Continuação..... Fls. 020. -

Artigo 58 - A ascensão funcional' é a movimentação de Servidor Municipal por merecimento e em' caráter permanente para classe de atribuições mais complexas e de maiores responsabilidades.

Artigo 59 - As formas de ascensão classificam-se em:

I - Promoção: quando o Servidor ' Municipal atravesse de uma classe à outra da mesma série de classe;

II - Acesso: é o instituto pelo ' qual o Servidor Municipal deverá sujeitar-se ao critério da' classe de antiguidade de classe e ao de merecimento, na forma que será estipulado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 1º - Para concorrer a promoção ou ao acesso, o Servidor Municipal deverá sujeitar-se ao critério da classe de antiguidade de classe e ao de merecimento na forma que será estipulado por Decreto do Chefe do Poder ' Executivo Municipal.

§ 2º - Na ocorrência de vagas, ' as promoções e os acessos, dar-se-ão mediante ato do Poder ' Executivo Municipal, obedecendo-se o princípio do direito ' adquirido.

§ 3º - As exigências, requisitos, interstícios e demais procedimentos aplicáveis as promoções e ao acesso, serão propostas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 4º - Todo e qualquer ato que vise a aplicação do presente artigo, deverá ser feito por procedimento administrativo, coordenado e mediante os princípios '

RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Fls. 020

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

Continuação..... Fls. 021. -

fundamentais da impessoalidade, moralidade e do direito adquirido.

Artigo 60 - As promoções e o acesso serão processadas por Comissão designada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, nomeada dentre cidadões de absoluto conceito social e moral.

§ 1º - As normas para o processamento das promoções e do acesso, serão objetos de regulamento por Decreto, notadamente quanto aos critérios para promoção ou acesso por antiguidade, por merecimento e quanto aos recursos financeiros disponíveis.

§ 2º - A avaliação do merecimento, para efeito de ascensão funcional, far-se-à através de boletim de merecimento, a ser implantado pela Comissão a que se refere o presente capítulo, além de outros procedimentos que julgar necessário e cabível dentro da legislação pertinente.

§ 3º - Para concorrer a promoção, o Servidor Municipal deverá preencher os requisitos necessários para o exercício das atribuições de classes a que concorra, para obter um número de pontos no boletim de merecimento na forma a ser estabelecida em regulamento por Decreto do Poder Executivo.

LUÍS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

§ 4º - Aos Servidores Municipais que desenvolvam atividades de docência ou instrução de treinamentos, serão contados pontos no boletim de merecimento, para finalmente surgir efeitos de promoção e acesso.

Artigo 61 - Será declarado nulo e

Continua.....

sem nenhum efeito as promoções e os acessos constituídos com irregularidades, devendo o Servidor Municipal que tenha responsabilidade direta ou indireta, devolver ao erário público, as importâncias recebidas indevidamente, corrigidas monetariamente.

Parágrafo Único - responderá por Inquérito na Junta de Conciliação e Julgamento da área competente, o Servidor Municipal responsável pela ilegalidade mencionada neste artigo.

Artigo 62 - O Servidor Municipal é facultado pedir a sua promoção.

Parágrafo Único - Ao Servidor Municipal é assegurado o direito de recorrer das promoções e acesso, quando entender tenha sido preterido.

CAPÍTULO XI
DO TREINAMENTO

Artigo 63 - Fica institucionalizada na Prefeitura Municipal como atividade permanente, o treinamento dos Servidores Municipais, tendo como objetivo:

I - criar e desenvolver mentalidade, hábitos e valores necessários ao digno exercício da função pública;

II - incrementar a produtividade e criar condições para o constante aperfeiçoamento dos serviços;

III - integrar os objetivos particulares de cada Servidor Municipal, aos fins da administração

Continua.....

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

como um todo.

Artigo 64 - O treinamento será ' objeto de planejamento integrado em relação a cada carreira de emprego e dessas relações as outras afins.

Artigo 65 - Compete ao Chefe do ' Poder Executivo em conjunto com os serviços, setores e de-' partamentos, coordenarem na elaboração e execução de programas de treinamento.

Parágrafo Único - O treinamento ' terá sempre caráter prático e objetivo.

Artigo 66 - O treinamento será ministrado:

I - sempre que possível pela Prefeitura Municipal, utilizando os seus Servidores Municipais do seu Quadro de Pessoal e recursos humanos locais;

II - através de contratações de entidades especializadas;

III - mediante o encaminhamento de' Servidores à organização especializadas no Município ou não.

Artigo 67 - As chefias de todos os níveis hierárquicos participarão dos programas de treinamento:

a - identificando e estudando as ' áreas mais carentes de treinamento no âmbito dos respectivos órgãos ou setores e propondo medidas necessárias;

b - facilitando as participações ' de seus subordinados nos programas de treinamento e tomando' as medidas necessárias para quando os afastamentos ocorrerem

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

não causem prejuízo ao bom andamento dos serviços público municipais;

c - desempenhando dentro dos programas, atividades de instrutor de treinamentos;

d - submetendo-se aos programas de treinamento adequando as suas atribuições.

Artigo 68 - Independente da ação da administração descrita no artigo anterior, cada secretário, chefe de setor, secção ou departamento, elaborará e desenvolverá atividades de treinamento de serviços aos seus subordinados, mediante:

I - reuniões para estudo e discussão de assuntos de serviços;

II - divulgação de normas legais e atuação técnica relativa ao trabalho;

III - divulgação, visando implantar modificações introduzidas na organização dos serviços;

IV - discussão do programa de trabalho e do regimento interno do órgão;

V - utilização, quando viável, do rodizio e de outros métodos de treinamento em serviço, adequado em cada caso.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

CAPÍTULO XII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 69 - Fica estipulado uma gratificação especial de 30% (trinta por cento), desde que concedida por Decreto do Chefe do Poder Executivo, aos pro-

Continua.....

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO -

Continuação.....

fissionais médicos e advogado da Prefeitura, que serão calculados sobre o salário bruto mensal, pela disponibilidade vinte quatro horas por dia à serviço da Municipalidade e do Prefeito Municipal.

Artigo 70 - É vedado o acumulo de emprego, salvo os casos previstos na Constituição Federal.

Artigo 71 - Para dar cumprimento a esta Lei, na falta de recursos financeiros, pode o Chefe do Executivo, mediante autorização legislativa, contratar empréstimos por antecipação de receita orçamentária até a importância necessária, com estabelecimentos bancários privados ou do Estado e União.

Artigo 72 - Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder em decorrência da implantação da presente lei, as transferências nos limites de saldos das dotações orçamentárias existentes, bem como, através de Decreto, regulamentar os demais atos necessários ao cumprimento da presente Lei.

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

Artigo 73 - Esta lei entrará em vigor à partir do dia 1º de Maio de 1.993.

Artigo 74 - Revogam-se eventuais disposições em contrário.

EDIF. DA PREF. MUNIC. DE PLANALTO-SP., 18 de Junho de 1.993.

PR LUIS RUBENS TEIXEIRA

-Prefeito Municipal-

LUIS RUBENS TEIXEIRA
PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009
DE 10/SETEMBRO/2009

"Dispõe sobre, Alterações dos dispositivos no Anexo IV da Lei Municipal nº. 023/1993 do Município de Planalto e dá outras providências".

SILVIO CÉSAR MOREIRA CHAVES, Prefeito Municipal de Planalto Comarca de Buritama , Estado de São Paulo;

FAZ saber que a Câmara Municipal de Planalto APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei:

Art. 1º - Os incisos V e VI do Anexo IV dos Atos de Enquadramento e Mudanças de Referência previsto na Lei Municipal nº. 023/1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

Inciso V - Será concedido ao servidor publico Municipal a partir de 20 (vinte) anos até vinte e cinco (25) anos de efetivo exercício, a nona referência e um adicional de 20% (vinte por cento) calculado sobre o salário correspondente a referência inicial de seu emprego, denominado de "sexta-parte", incorporando-o aos seus vencimentos para todos os efeitos.

Inciso VI – Com mais de vinte e cinco (25) anos de serviço até trinta (30) anos de serviço o Servidor será enquadrado na décima referência.

Art.2º - Esta Lei entra em vigor retroagindo seus efeitos jurídicos na data de 01 de setembro de 2009, revogando-se eventuais disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Planalto-SP, Paço Municipal "Gelsomino Toloy", aos 10 de setembro de 2009.

SILVIO CÉSAR MOREIRA CHAVES
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado na Divisão de Expediente da Prefeitura Municipal de Planalto-SP, na data supra, por afixação em local de costume.

GUERBACH E ZACARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS

ROSANGELA CHAVES
SECRETÁRIA GERAL INTERNA

Fone: (18) 2695-9500 - Fax: (18) 3695-9505

ANEXO IV -

ATOS DE ENQUADRAMENTO E MUDANÇAS DE REFERÊNCIAS

I - até cinco (05) anos de serviço o Servidor será enquadrado na primeira referência;

II - Mais de cinco (05) anos de serviço até dez (1o) anos de serviço o Servidor será enquadrado na terceira referência;

III - Mais de dez (1o) anos de serviço até 15 (quinze) anos de serviço o Servidor será enquadrado na quinta referência;

IV - Mais de quinze (15) anos de serviço até vinte (20) anos de serviço o Servidor será enquadrado na sétima referência;

V - Mais de vinte (20) anos de serviço até vinte e cinco (25) anos de serviço o Servidor será enquadrado na nona referência;

VI - mais de vinte e cinco (25) anos de serviço até trinta (30) anos de serviço o Servidor será enquadrado na décima referência e terá um adicional de 20% (vinte por cento) sobre o seu salário, incorporando no mesmo, por tempo de serviço;

VII - mais de trinta (30) anos de serviço até trinta e cinco (35) anos de serviço o Servidor terá um adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o seu salário, por tempo de serviço, incorporando ao mesmo.

SECRETARIA DA PREFEITURA MUNICIPAL
PLANALTO

Registro no Livro n.º 012 fl. V-54
Em 18/06/1993
Manoel Antonio Rosa
RG- 10.486.856
Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL - PLANALTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

-Estado de São Paulo, aos 18 de

Junho de 1.993.